

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSULTORIA E AUDITORIA EM
GESTÃO FINANCEIRA

FRANCISCO JEAN DA SILVA

**ANÁLISE DA EFICÁCIA DO FLUXO DE CAIXA NO CONTROLE DE
RECURSOS FINANCEIROS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COMPANHIA
DE CAPITAL ABERTO**

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2022

FRANCISCO JEAN DA SILVA

**ANÁLISE DA EFICÁCIA DO FLUXO DE CAIXA NO CONTROLE DE
RECURSOS FINANCEIROS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COMPANHIA
DE CAPITAL ABERTO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a coordenação de Pós-Graduação *lato sensu* do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, como requisito para obtenção do título de especialista em Consultoria e Auditoria em Gestão Financeira.

Orientador: Msc. José de Figueiredo Belém

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2022

RESUMO

A Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC, propicia ao gerente financeiro a elaboração de melhor planejamento ao setor financeiro. Este trabalho é o resultado de um estudo sobre as alterações na estrutura das demonstrações contábeis promovidas pela Lei nº 11.638 de 2007, demonstram como era a estrutura na lei 6.404 de 1976 e como ficou com as alterações da Lei nº. 11.638 de 2007. Com enfoque nas alterações dos padrões, substituição de uma demonstração contábil e na sincronização com as normas internacionais de contabilidade padronizadas. Teve como objetivo, realizar uma abordagem sobre a necessidade de identificação e mensuração das atividades do Demonstrativo de Fluxo de Caixa - DFC, uma vez que uma das funções da contabilidade, é a coordenação e otimização dessas atividades como forma estratégica e vantagem competitiva. Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizados os métodos dedutivo e indutivo, sendo o último utilizado de forma subsidiária. A pesquisa foi desenvolvida, a fim de dar suporte ao modelo apresentado. O uso de entrevistas não estruturadas, também foram consideradas neste trabalho, que seguiu exatamente a abordagem em que nada mais nada menos do que uma conversa face a face entre duas pessoas também com o objetivo de se obter informações, onde um sujeito é o entrevistador e outro o entrevistado. Os resultados da pesquisa sugerem que a DFC, integrada à contabilidade quando utilizada para um melhor nível de serviço, será uma variável estratégica nas relações de negócios das empresas.

Palavras-chave: Demonstração de Fluxo de Caixa - (DFC). Contabilidade. Planejamento financeiro.

ABSTRACT

The Cash Flow Statement - DFC provides the financial manager with the best planning for the financial sector. This is the result of a change in the work structure in Law No. 6,404 of Law No. 6,404 of 19 and remained with the structure of Law No. 6,404. 11.68 of 27. Focusing on changing standards, replacing one accounting and accounting with synchronized international accounting standards. It aimed to approach the need to carry out the identification and measurement of the activities of the Cash Flow Statement - DFC, since one of the functions of accounting is a coordination and optimization of activities as a strategic and advantage. For the development of this work, the deductive and inductive methods were used, the latter being used in a subsidiary way. The support was developed in order to research the presented model. The use of the interview of non-structured interviews were also achieved in this work, which were also approached with the approach in which a face-to-face objective to obtain information, which less were also able to make an approach in which a person's objective is to obtain information. another the interviewee. The research results that the DFC, integrated with accounting when used for a better level of service, will be a strategic variable in the companies' business relationships.

Keywords: Cash Flow Statement - (DFC). Accounting. Financial planning.

1 INTRODUÇÃO

Uma das funções da Contabilidade é a comunicação eficiente de Informações úteis para a tomada de decisões. Este estudo apresenta a Demonstração de Fluxo de Caixa - (DFC), no intuito de revelar informações importantes sobre os recebimentos e pagamentos que transitam pelo caixa de uma empresa durante determinado período.

A Demonstração de Fluxo de Caixa propicia ao gerente financeiro a elaboração de melhor planejamento financeiro, pois numa economia tipicamente inflacionaria não é aconselhável excesso de caixa, mas o estritamente necessário para fazer face aos seus compromissos.

As informações contidas na Demonstração do Fluxo de Caixa são úteis quando utilizadas com as informações de outras demonstrações contábeis e na medida em que estejam refletindo as transações de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, auxiliando os usuários na avaliação da capacidade da entidade de gerar fluxos de caixa líquidos positivos decorrentes de suas atividades, visando atender às suas obrigações bem como pagar dividendos aos seus acionistas

Assim, as alterações na estrutura das demonstrações contábeis promovidas pela Lei nº 11.638 de 2007, demonstram como era a estrutura na lei 6.404 de 1976 e como ficou com as alterações da Lei nº. 11.638 de 2007. Com enfoque nas alterações dos padrões, substituição de uma demonstração contábil e na sincronização com as normas internacionais de contabilidade padronizadas em todos os lugares do mundo, proporcionando clareza e segurança nas informações contábeis.

De acordo com o (IASB) *International Accounting Standard Board*, houve grandes mudanças no dia a dia dos contadores e contabilistas, com essas alterações, inclusive no cenário internacional, de forma a exigir que as empresas adotassem um novo procedimento contábil de forma harmônica com o mundo, para que essa linguagem fosse compreendida, de forma universal.

Assim, Com a inclusão do Brasil neste contexto, fez-se necessário a adequação da Lei das Sociedades por Ações, e a Contabilidade brasileira precisou

dar passos importantes para a padronização de suas demonstrações contábeis ao cenário internacional.

Frente a essa realidade a problemática de pesquisa consiste em responder à seguinte indagação: Como a análise do demonstrativo de fluxo de caixa pode ser utilizada como ferramenta de gestão, na tomada de decisão?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Apresentar a importância e eficácia do fluxo de caixa nas empresas para obtenção de respostas rápidas e concretas quanto à entrada e saída de recursos financeiros.

1.1.2 Objetivos Específicos:

- Apresentar as demonstrações contábeis depois da instituição da Lei 11.638/07 e 11.941/09;
- Conceituar e demonstrar como se apresenta a demonstração de fluxo de caixa;
- Demonstrar através de um estudo de caso a análise de uma DFC.
- Realizar um Estudo de Caso identificando como a DFC, pode servir de ferramenta para gestão empresarial.

1.2 JUSTIFICATIVA

Esse trabalho se justifica por ser um assunto de crescente interesse no meio Empresarial e contábil, pois além do aspecto técnico, o trabalho reforça a importância da vinculação da Demonstração de Fluxo de Caixa, - (DFC), para a Organização. E a escolha da empresa, por divulgar seus relatórios nas diferentes normas. O tema (DFC) foi escolhido, pela necessidade que as empresas inseridas nesse novo mercado globalizado têm que se tornar competitivas e isso somente será possível, através da aplicação de ferramentas que possibilitem melhorias de

sua estrutura. Surgiu da necessidade de esclarecer a importância desta ferramenta, que por conta da competitividade em nível global, o aumento do nível de exigência dos clientes, passou a exigir maior necessidade de transparência no cumprimento da responsabilidade social da empresa.

Será destacado como hipótese, o quanto este instrumento tem assegurado enormes benefícios ao profissional de serviços contábeis e às empresas servindo como ferramenta de apoio no monitoramento do desempenho, funcionando também como auxílio em outros fatores de responsabilidade, qualidade dos serviços, agilidade, eficiência, transparência e ética profissional.

Para realização deste trabalho, foi necessária a utilização de procedimentos metodológicos baseados na pesquisa científica. A pesquisa, no seu início apresenta alguns conceitos da Contabilidade, sendo realizado através de estudo de caso em uma empresa do ramo comercial. Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizados os métodos dedutivo e indutivo, sendo o último utilizado de forma subsidiária. Segundo Marconi e Lakatos (1991, p.106 e 107) o método dedutivo é o “que partindo das teorias e leis, na maioria, das vezes, prediz a ocorrência dos fenômenos particulares”. Já o método indutivo é o que parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares. Assim como o método dedutivo, também o indutivo se fundamenta em premissas. Mas, se nos dedutivos, premissas verdadeiras levam inevitavelmente à conclusão verdadeira, nos indutivos, conduzem apenas a conclusões prováveis.

A pesquisa realizada neste estudo foi inicialmente conceitual, de natureza qualitativa, conduzida por pesquisa bibliográfica, descritiva. Para tanto, desenvolveu-se pesquisa bibliográfica utilizou-se como fonte de pesquisa livros, artigos, *internet* e dados cedidos pela empresa. Para tanto, efetuou-se uma pesquisa, a fim de dar suporte ao modelo apresentado. Os usos de entrevistas não estruturadas também foram considerados neste trabalho, que seguiu exatamente a abordagem em que nada mais nada menos do que uma conversa face a face entre duas pessoas também com o objetivo de se obter informações, onde um sujeito é o entrevistador e outro o entrevistado. O método do estudo de caso é o mais adequado à realização deste estudo, pois através de uma pesquisa empírica, busca - se descrever e analisar quais são as mudanças nas empresas a partir do uso das

ferramentas nas operações de Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC e procura esclarecer o funcionamento e a importância desta ferramenta dentro da organização.

O presente artigo é composto por esta Introdução, posteriormente por uma seção que focaliza a apresentação das demonstrações contábeis obrigatórias de acordo com a Lei 11.638/2007. Em especial, aborda-se o conceito e as formas de elaboração da demonstração de fluxo de caixa. Em seguida, expõe-se a pesquisa de campo, de caráter qualitativo, para verificar na prática toda fundamentação teórica. E por fim, apresenta-se a Conclusão.

O presente estudo pretende contribuir com a classe contábil, assim como a comunidade acadêmica, possibilitando surgimento de uma nova visão crítica e atuante no segmento da profissão contábil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEFINIÇÃO DE FLUXO DE CAIXA: CONCEITOS, ESTRUTURA E MÉTODOS DE ELABORAÇÃO

Entende-se como fluxo de caixa o registro e controle sobre a movimentação de caixa de qualquer empresa, expressando as entradas e saídas de recursos financeiros ocorridos em determinados períodos de tempos. O fluxo de caixa assume papel de importância, no planejamento financeiro da empresa. Portanto constitui-se num exercício dinâmico, que deve ser constantemente revisto atualizado na tomada de decisões. É importante o planejamento do fluxo de caixa, por que irá indicar antecipadamente as necessidades de numerário para atendimento dos compromissos que a empresa costuma assumir, considerado os prazos para serem saldados. Com isso, os administradores financeiros estarão aptos a planejar com a devida antecedência, os problemas de caixa que poderão surgir consequências de reduções cíclicas das receitas ou de aumento no volume dos pagamentos (ROMERO,2018).

De acordo com Gentil (2007),

(...) a demonstração dos fluxos de caixa, evidências modificações ocorridas nas disponibilidades da companhia, em um determinado exercício ou período, por meio da exposição dos fluxos de recebimentos e pagamentos.

Percebe-se que apesar do nome, além das modificações ocorridas no saldo da conta Caixa, a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC deve expor as alterações sofridas pelas demais disponibilidades, inclusive a conta banco conta movimento, e os investimentos de elevada liquidez. Ludícibus (2003, p.32), relata que, “é como uma peça contábil que visa mostrar como ocorreram as movimentações de disponibilidades em um dado período de tempo”. Sobre este assunto, Sá (2003, p. 190), explana:

(...) fluxo de Caixa - fluxo de Liquidez, ou o curso que no tempo traça o confronto entre os recursos de recebimentos e os desembolsos por pagamentos. Forma dinâmica de conhecer o comportamento de liquidez ou capacidade de dispor de dinheiro para fazer frente às necessidades financeiras.

Segundo Martins e Gelbcke (2003, p.138), (...) fluxo de caixa é o procedimento Técnico de acompanhamento entre os encaixes e desencaixes obtendo-se o valor líquido entre tais conflitos em períodos sucessivos. ” Dessa forma, entende-se que, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, é uma demonstração Contábil cuja finalidade é evidenciar o impacto das atividades da empresa no comportamento do Caixa.

Sendo assim, a DFC demonstra como o Caixa se comportou em determinado período, em termos de entradas e saídas. Verifica-se que, o fluxo de caixa é um dos instrumentos de análise utilizado por muitas empresas para a identificação do processo de circulação do dinheiro proveniente de suas atividades, examinando sua origem e aplicação em geral.

No cenário atual, diante de tantas modificações tecnológicas do mundo moderno, as transações não envolvem apenas o dinheiro propriamente dito. Os pagamentos e/ou recebimentos, podem ser realizados tanto em cheques, como por débito automático em conta corrente ou através dos cartões de crédito ou débito. (NICODEMOS, 2020). Nesse contexto econômico moderno, verifica-se que, a concorrência de mercado exige das empresas maior eficiência na gestão financeira de seus recursos, não cabendo indecisões sobre o que fazer com eles. A boa gestão dos recursos financeiros reduz substancialmente a necessidade de capital de giro, promovendo maiores lucros pela redução principalmente das despesas financeiras (NICODEMOS, 2020).

Assim, a atividade financeira de uma empresa requer acompanhamento permanente de seus resultados, de maneira a avaliar seu desempenho, bem como proceder aos ajustes e correções necessários. O objetivo básico da função financeira é prover a empresa de recursos de caixa suficientes de modo a respeitar os vários compromissos assumidos e promover a maximização de seus lucros.

Nessa perspectiva, apresenta-se o estudo de Assaf Neto (2002, p. 39), no qual, conceitua o fluxo de caixa, como sendo, "um instrumento que relaciona os ingressos e saídas (desembolsos) de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo" Em seus estudos, o autor citado, afirma que, com a elaboração contínua da DFC, será possível tomar medidas saneadoras dos prováveis excedentes ou escassez de caixa, detectando com antecedência o volume de recursos necessários em caixa para honrar todas suas obrigações.

Assim, sendo o fluxo de caixa tornou-se instrumento essencial para que a empresa possa ter agilidade e segurança em suas atividades financeiras, devendo preservar sua liquidez imediata essencial à sua manutenção no mercado. Nesta conjuntura, o processo orçamentário merece destaque por ter importante participação nas relações entre resultados e despesas, onde os planos de longo prazo deverão ser levados em conta, já que mostram previsões futuras das empresas que num determinado momento irá requerer parte do capital da empresa. Já a diferença entre *fluxo e orçamento* de caixa é conceituada, segundo Zdanowicz, apud Chiurco (2004, p.31) da seguinte forma:

O orçamento de caixa difere do fluxo de caixa no que diz respeito à origem dos dados utilizados. Enquanto o fluxo de caixa é projetado a partir de eventos já realizados pela empresa em períodos anteriores, no orçamento de caixa quase todos os valores são orçados, em função dos objetivos e metas fixadas pelo comitê orçamentário.

Na busca pelo equilíbrio do caixa, o orçamento de caixa pode identificar deficiências ou folga dos recursos monetários com antecedência, levando a empresa a planejar melhor a captação ou aplicação de seus recursos financeiros. Nessa linha de pensamento, Lunkes (2003, p.71), relata que, "o objetivo do orçamento do caixa é assegurar recursos monetários suficientes para atender às operações da empresa estabelecidas nas outras peças orçamentárias." De acordo

com o autor, o orçamento de caixa pode ser preparado por meio do fluxo de caixa em que são relacionadas às entradas e saídas de caixa previstas. Portanto, as projeções dos fluxos são necessárias para melhor coordenar e controlar a posição financeira.

De acordo com as pesquisas de Silva (2001, p.421), uma das funções do administrador de caixa,

(...) será a comparação entre o fluxo de caixa previsto e o realizado, objetivando identificar eventuais variações e as causas de suas ocorrências. A análise do fluxo de caixa auxiliará no entendimento da providência e do uso do dinheiro na empresa.

Silva (2001, p. 451), destaca ainda, as principais características sobre conceito de geração de caixa:

A administração do caixa é essencial à sobrevivência da empresa e tem impacto no curto prazo. Em termos operacionais, uma empresa poderá ser lucrativa e não gerar caixa, devido à elevação de seu ciclo financeiro. Por outro lado, mantida relativamente constante a política de administração do ciclo financeiro, uma empresa pode apresentar prejuízo operacional e gerar caixa operacional, devido à computação de despesas que não representam saída de dinheiro, como depreciação, por exemplo. Adicionalmente, uma empresa pode gerar lucro e caixa operacionalmente e quebrar devido a uma inadequação no financiamento de seus investimentos.

Conforme o estudo de Silva (2001, p. 451), verifica-se que, para uma perfeita análise das informações contidas no fluxo de caixa, as mesmas devem apresentar uma estrutura detalhada, de fácil entendimento para seus usuários. Assim, entende-se que, o fluxo de caixa, é um instrumento limitado para o fornecimento de informações precisas sobre o lucro e sobre os custos dos produtos da empresa, já que suas apurações e demonstrações são realizadas pelo regime de caixa e não pelo regime de competência; o conjunto de entrada e saídas que compõe o fluxo de caixa possibilita a identificação dos três grandes grupos (operacional, estratégico e tático), bem como, em cada grupo, detalhar seus componentes.

Já a NBC T 3, aborda as normas brasileiras de contabilidade, sendo na T 3.8 especificado a Demonstração do fluxo de caixa, descrevendo os seguintes objetivos. As informações contidas na demonstração do fluxo de caixa, em conjunto com as demais Demonstrações Contábeis, destinam-se a ajudar seus usuários a:

- a) avaliar a geração de caixa para pagamento de obrigações, lucros e dividendos;
- b) identificar necessidades de financiamento;
- c) identificar razões para as diferenças entre o resultado e o fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais;
- d) identificar o efeito das transações de investimentos e financiamentos sobre a posição financeira.

Nesse sentido, conforme as novas normas sobre as demonstrações contábeis, são impostas pela Lei no. 11.638, que após sete anos de tramitação no Congresso Nacional foi aprovada no dia 28 de dezembro de 2007, alterando e revogando dispositivos da Lei no. 6.404, estendendo-se às sociedades.

2.2. ESTRUTURA DO FLUXO DE CAIXA

Campos Filho (1999, p.25) explana, a estrutura da demonstração do fluxo de caixa, explicando que:

(...) é de fácil entendimento e serve para todos os tipos de empresas, no entanto, a estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) compõe-se de quatro grandes grupos, que são: Disponibilidades; Atividades Operacionais; Atividades de Investimentos; Atividades de Financiamentos. Essa classificação permite avaliar o efeito das atividades sobre o montante de caixa e equivalentes de caixa.

Assim, as disponibilidades abrangem o caixa, os depósitos bancários a vista e as aplicações de alta liquidez. Sendo que as atividades operacionais correspondem às contas da demonstração de resultado, é a demonstração dos principais pagamentos e recebimentos operacionais. Já as atividades de investimento correspondem ao grupo Ativo Permanente do Balanço Patrimonial. As atividades de financiamentos incluem recursos de terceiros e os recursos próprios recebidos.

A Deliberação CVM Nº 547, de 13 de agosto de 2008 aprova o pronunciamento técnico CPC 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. E nesta, encontram-se os seguintes conceitos:

Fluxos de caixa são as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa. Atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades diferentes das de investimento e de financiamento.

Atividades de investimento são referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa.

Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade, não classificadas como atividade operacional.

2.3 O PLANEJAMENTO DO FLUXO DE CAIXA

A responsabilidade pela administração do caixa começa pelo cálculo de estimativas de entrada e desembolso de dinheiro. Se não conseguir fazer uma projeção de fluxo de caixa com confiança, você não compreenderá a empresa que está tentando abrir. Assim, não terá sucesso empresarial (BRANDT, p. 180).

De acordo com o autor acima, esta observação é válida para qualquer empresa em andamento com algum problema de déficit de caixa. A análise e o planejamento do fluxo de caixa são ferramentas básicas para a administração de uma pequena empresa.

O termo fluxo de caixa significa simplesmente o equilíbrio ou diferença entre dinheiro que entra (recibos) e dinheiro que sai (desembolsos ou gastos) no final de um determinado período de tempo. Se todos os negócios fossem transacionados com cheques, o fluxo de caixa seria a diferença entre os cheques depositados e os cheques emitidos (VIEIRA, 2020).

2.4 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A demonstração do fluxo de Caixa – (DFC), com a edição da lei nº 11.638/2007, passou a figurar entre as demonstrações de publicação obrigatória por parte das sociedades anônimas, compondo assim, o grupo de informações que são analisadas pelo mercado. A DFC permite que a empresa tenha maior controle sobre as entradas e saídas de dinheiro, possibilitando assim que importantes decisões sejam tomadas no momento exato em que se tornem necessárias, e no mínimo, a DFC indica mutações ocasionadas. No exercício, relativas ao saldo de

caixa e equivalência de caixa, segregada em fluxos de operações, dos financiamentos e investimentos (BARBOSA, 2021).

Tal evidência, assumida pela demonstração, justifica a reflexão a respeito da sua importância como ferramenta no processo de Tomada de decisão. A edição da lei nº. 11. 638 de 28 de dezembro de 2007 trouxe várias alterações à Lei nº. 6.404 de 1976, conhecida como a lei das S/A. Dentre elas, a obrigatoriedade de elaboração e publicação da Demonstração dos fluxos de Caixa, está na inclusão da Lei 11.638/07 art. 1º que altera a redação do inciso IV do artigo 176 da Lei nº 6.404.

Conforme Ludícibus (2003, p. 49), “a publicação das demonstrações contábeis das sociedades anônimas, tem por objetivo informar o mercado quanto à situação da empresa”. Assim, supõe-se que, a inclusão da Demonstração dos fluxos de Caixa como demonstração obrigatória, ocorre porque essa demonstração se reveste de alguma importância informativa. Ainda Ludícibus (2003, p. 399), expõe que:

(...) para efeitos de elaboração do plano de contas, o Caixa é definido como o título da conta que serve para registrar o movimento do dinheiro na escrita contábil. Já para fins de demonstração dos fluxos de caixa, conforme o autor citado, o termo “CAIXA”, deve ser conceitualmente ampliado para contemplar também os investimentos definidos equivalentes - Caixa. Isto acontece, porque, faz parte da gestão básica de qualquer empresa.

Entende-se que, a ampliação tempestiva das sobras de caixa em investimentos de curto prazo, para livrá-las das perdas a que estariam sujeitas se expostas em contas não remuneradas. De acordo com o estudo, percebe-se que, cada entidade ao usar o fluxo de caixa deverá adaptá-lo às suas necessidades, de forma que suas informações permitam aos usuários avaliar a posição financeira e sua relação com as atividades ou prestação de serviços (MATTIELLO, 2021).

2.5 MÉTODOS DE DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

2.5.1 Classificação das Atividades de Caixa

A classificação dos pagamentos e recebimentos de caixa relaciona-se, normalmente, com a natureza da transação que lhe dá origem. A natureza da

transação deve levar em conta sua intenção subjacente para fins de classificação. (PEREIRA, 2021).

2.5.2 Das Atividades Operacionais

As atividades Operacionais – envolve todas as atividades relacionadas com a produção e entrega de bens e serviços e os eventos que não sejam definidos como atividades de investimento e financiamento. Surge a partir das decisões de investimento que possibilitam a empresa gerar recursos com suas operações. Está vinculada a demonstração do resultado do exercício (BONAMIGO, 2021).

2.5.3 Das Atividades de Financiamentos

Esta atividade está relacionada com os empréstimos de credores e investidores à entidade. Incluem a obtenção de recursos dos donos e o pagamento a estes de retornos sobre seus investimentos; a obtenção de empréstimos junto a credores e a amortização ou liquidação destes. Demonstra como ocorreram as entradas e saídas em cada caso. Busca a seleção de fontes de recursos para entidades, ao pagamento de juros e dividendos e à subscrição de capital. Estão ligadas ao passivo e patrimônio líquido da empresa (ARMOND, 2018).

2.5.4 Das atividades de investimentos

Normalmente, estas atividades, estão relacionadas com o aumento e diminuição dos Ativos de longo prazo que a empresa utiliza para produzir bens e serviços. Inclui a concessão e recebimento de empréstimos, a aquisição e venda de Instrumentos financeiros se patrimoniais de outras entidades e a aquisição e alienação de imobilizado. Decide onde aplicar os recursos, e estão ligadas ao ativo da empresa (CARDOSO, 2021).

2.5.5 Operacionais

Entradas – recebimentos pela venda de produto e serviço a vista, ou das duplicatas correspondentes no caso de venda a prazo; recebimentos de descontos

das duplicadas emitidas contra as vendas a prazo efetuadas, de curto ou longo prazo, em bancos; recebimentos de juros sobre empréstimos concedidos ou sobre aplicações financeiras; recebimento de dividendos pela participação nos patrimônios de outras empresas *Saídas* – pagamentos a fornecedores referente ao suprimento da matéria-prima ou para a produção de bens para revenda; pagamentos de fornecedores de outros insumos para produção, incluindo os serviços prestados; pagamento aos governos Federal, Estadual e Municipal referente a impostos, multas e taxas; pagamento dos juros dos financiamentos obtidos (DE SOUZA, 2020).

2.5.6 Investimentos

Entradas – recebimento do principal dos empréstimos com o aumento e diminuição dos ativos a longo prazo que a empresa utiliza para produzir bens e serviços; recebimento pela venda de títulos de investimento a outras entidades; recebimento pela venda de participações em outras empresas; recebimento pelo resgate de participações pelas entidades investidas; venda de imobilizado e de outros ativos fixos utilizados na produção (CAETANO, 2022).

Saídas – desembolsa dos empréstimos concedidos pela empresa e pagamento pela aquisição de títulos de pagamento no momento da compra ou em data próxima a esta, de terreno e edificações, equipamentos ou outros ativos fixos utilizados na produção (CAETANO, 2022).

2.5.7 Financiamentos

Entradas – vendas de ações emitidas; empréstimos obtidos no mercado via emissão de letras hipotecárias, notas promissórias, títulos de dívida ou outros instrumentos, de curto ou longo prazo; recebimento de contribuição de caráter permanente ou temporário que por determinação dos doadores tem finalidade estrita de adquirir, construir ou expandir a planta instalada;

Saídas – pagamentos de dividendos ou outras distribuições aos donos, incluindo o resgate de ações da própria empresa; pagamento de empréstimos

obtidos; pagamento do principal referente a imobilizado adquirido a prazo. (CATEANO, 2022)

2.5.8 Métodos de elaboração:

A movimentação das disponibilidades (caixa e equivalentes - caixa) da empresa, em um dado período, deve ser estruturada na DFC em três grupos, cujos títulos buscam expressar a saídas e entradas de dinheiro relacionadas com as atividades: Operacionais; de investimentos; de financiamento. Dessa forma, a soma algébrica dos resultados líquidos de cada um desses grupamentos totaliza a variação do caixa do período, que deve ser conciliada com a diferença entre os saldos respectivos das disponibilidades, constantes no Balanço, entre o início e o fim do período considerado (RODRÍGUEZ-MASERO, 2020).

2.5.8.1 Método direto

O método direto explicita as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados. O saldo final das operações expressa o volume líquido de caixa provido ou consumido pelas operações durante um período. As empresas, ao utilizarem o método direto, devem detalhar os fluxos das operações, no mínimo nas classes seguintes: Recebimentos de clientes, incluindo os recebimentos de arrendatários, concessionários e similares; Recebimentos de juros e dividendos; outros recebimentos das operações se houver; Pagamentos a empregados e fornecedores de produtos e serviços, neste caso, são incluídos segurança, publicidade e similares; Juros pagos; Impostos; e outros recebimentos das operações se houver (BRITO, 2021).

2.5.8.2 Método indireto ou método da conciliação

O método indireto faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações. Para tanto é necessário: Remover do lucro líquido os diferimentos

de transações que foram caixa no passado; remover do lucro líquido as alocações ao período do consumo de ativos de longo prazo e aqueles itens cujos efeitos no caixa sejam classificados como atividades de investimentos ou de financiamento. De acordo com Matins e Gelbcke (2003, p.398), as informações da DFC, principalmente quando analisadas em conjunto com as demais demonstrações financeiras, podem permitir que investidores, credores, e outros usuários avaliem:

A capacidade da empresa, gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa; A capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos; A liquidez, solvência e flexibilidade financeira da empresa; A taxa de conversão de lucros em caixa; O desempenho operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos; O grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa; Os efeitos, sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimentos e de financiamentos, dentre outros.

Conforme os autores acima referenciados, existem duas formas básicas para a apresentação e elaboração do fluxo de caixa, sendo pelo método direto e pelo método indireto.

2.5.8.3 Método direto

O método direto consiste em classificar os recebimentos e pagamentos de uma empresa em vez do lucro líquido ajustado. Esse método utiliza as partidas dobradas, facilitando a administração financeira das empresas por se saber qual é a origem dos eventuais problemas financeiros existentes. No entanto, de acordo com Campos Filho (1999, p. 30), o Método Direto:

Também é conhecido como a abordagem das Contas T (*T Account Approach*). O Método Direto consiste em classificar os recebimentos e pagamentos de uma empresa utilizando as partidas dobradas. A vantagem desse método é que permite gerar as informações com base em critérios técnicos, eliminando, assim, qualquer interferência da legislação fiscal.

Entende-se que, o método direto possibilita que se tenha uma visão analítica das entradas e saídas de dinheiro em caixa e banco, mostrando efetivamente as movimentações dos recursos financeiros ocorridos no período. Sendo que, a

vantagem desse método é que as informações de caixa podem estar disponíveis diariamente. Dessa forma, facilitando o trabalho do gestor (BRITO,2021).

2.5.8.4 Método indireto

O método indireto mostra quais foram as alterações no giro do caixa sem mencionar diretamente as entradas e saídas de dinheiro. É elaborado a partir dos dois balanços patrimoniais (do início e do final do período), das demonstrações contábeis e outras informações adicionais que deverão obedecer a critérios da legislação fiscal.

Em seus estudos Silva (2001, p. 121) afirma que “com o método indireto evidencia a variação das disponibilidades, sua estrutura contém menos riqueza de informações, pois parte do lucro líquido e faz uma série de ajustes para chegar ao fluxo de caixa operacional líquido. ” A sua forma de apresentação não muda necessariamente, com um pouco mais de criatividade, o usuário poderá elaborar sua estrutura levando ao fluxo de caixa líquido do período. Esse método se assemelha a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos - DOAR pelos ajustes ao lucro líquido, proveniente da Demonstração de Resultado do Exercício, exigindo maior conhecimento do usuário. Já para Assaf Neto e Silva (2002, p. 50):

(...) a obtenção do fluxo de caixa proveniente das operações pode ser feita de forma indireta partindo do lucro líquido do exercício. Simplificadamente devem-se agregar ao valor do lucro líquido as variações do capital de giro, exceto os empréstimos bancários; somar (ou subtrair) as despesas e receitas que não representam desembolso de recursos; e retirar os itens que estão na demonstração do resultado que não estão diretamente relacionados com as operações da empresa, como por exemplo, o resultado de venda de imóveis.

Percebe-se que, na comparação entre os dois métodos, há diferença apenas no grupo das atividades operacionais. Assim, quando efetuado pelo método direto, o valor referente à receita pela venda de mercadorias e serviços é somada para depois subtrair deste valor os equivalentes de todas as saídas com despesas. Já no método indireto, primeiro é apresentado no grupo das atividades operacionais o lucro líquido, proveniente da Demonstração do Resultado do Exercício, para em

seguida adicionar os valores que não representam desembolso de caixa que tenham sido deduzidos no lucro da DRE (RIBEIRO, 2019).

Segundo a norma internacional IAS 7, que tem por objetivo exigir o fornecimento de informações acerca das demonstrações dos fluxos de caixa, divulga os métodos de apresentação conforme segue abaixo, sendo: atividades operacionais, de investimento e de financiamento:

A entidade pode usar o método direto ou indireto para reportar o fluxo de caixa das atividades operacionais, sendo encorajado o método direto. No método direto as principais classes de recebimentos e desembolsos são divulgados e, no método indireto, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é determinado ajustando-se o resultado (lucro ou prejuízo): pelos efeitos das transações que não afetam o caixa, como depreciação, diferimentos e provisões, lucros ou prejuízos cambiais não realizados, lucros não distribuídos de investidas e interesses minoritários; variações ocorridas no período nos estoques e nas contas a receber e a pagar e, todos os outros itens de receita e despesa relativos a fluxos de caixa de atividades de investimento e financiamento.

Entende-se que, não importa o método que venha a ser adotado pela empresa, os usuários das informações estão interessados em saber como a empresa gera caixa e equivalentes de caixa. No que se refere à cooperativa de ensino, os normativos emitidos pelo IASB - (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade), não impõem um modelo de DFC específico para estas instituições, não as obrigando a apresentar o mesmo. Neste caso, o interessante é a elaboração do Fluxo de Caixa pelo método direto, justamente pela sua simplicidade e pela agregação de informações para a tomada de decisões dentro da empresa, atentando para os requisitos de cada uma em particular (RIBEIRO, 2019).

2.6 CONCILIAÇÃO LUCRO LÍQUIDO X CAIXA DAS OPERAÇÕES.

Na conciliação, caso seja utilizado o método direto para apurar o fluxo líquido de caixa gerado pelas operações, exige-se a evidenciação em Notas Explicativas de conciliação deste, com o lucro líquido do período. Assim, a conciliação deve refletir, de forma segregada, as principais classes dos itens a conciliar. É obrigatório evidenciar separadamente as variações nos saldos das contas Clientes, Fornecedores e Estoques. Se for utilizado o método indireto, é exigida a

evidenciação em Notas Explicativas dos juros (exceto as parcelas capitalizadas) e Imposto de Renda pagos, durante o período.

2.6.1 TÉCNICAS PARA A ELABORAÇÃO

- a) Método direto - apurar e informar as entradas e saídas de caixa das atividades operacionais por seus volumes brutos.
- b) Genericamente
 - Aumento do saldo do ativo circulante, vinculado às operações diminui o caixa;
 - Diminuição no saldo do ativo circulante vinculada às operações diminui o caixa;
 - Aumento do saldo das contas do passivo circulante vinculadas às operações aumenta o caixa;
 - Diminuição do saldo das contas do passivo circulante vinculado às operações diminui o caixa.

Esse esquema é genérico e deve ser executado com cuidado, pois podem existir transações no circulante que não pertençam às atividades operacionais (empréstimos à curto prazo, por exemplo) e também eventos fora do circulante que fazem parte das operações (juros e impostos a pagar no LP, créditos de LP dentre outros).

2.6.2 MÉTODO INDIRETO

Esse método faz a ligação entre o lucro líquido constante na D.R.E. e o caixa gerado pelas operações. A principal utilidade desse método é mostrar as origens ou aplicações de caixas decorrentes das alterações temporárias de prazo nas contas relacionadas com o ciclo operacional. Normalmente, clientes, estoques e fornecedores (OLIVEIRA, 2019). Permite que o usuário avalie quanto do lucro está-se transformando em caixa em cada período. No entanto, essa análise, deve ser feita com cuidado, pois é comum existirem recebimentos e pagamentos no período corrente de direitos e obrigações que se originaram fora do exercício a que se refere o lucro que está sendo apurado (OLIVEIRA, 2019).

A lógica do método direto é bastante simples. Assume-se que, todo lucro afetou diretamente o caixa. Sabemos que isso não corresponde à realidade, e aí procede-se os ajustes (RIBEIRO, 2019). Parte-se do lucro líquido da DRE e faz-se as adições e subtrações a estes dos itens que afetam o lucro, mas não afetam o caixa, e dos que afetam o caixa, mas não afetam o lucro. Como o que estamos apurando é o fluxo de caixa das atividades operacionais se eventualmente constarem da DRE, eventos referentes a outras atividades, estes também deverão ser adicionados ou subtraídos ao lucro líquido, pois serão reportados em seus grupos respectivos. (BRITO, 2021).

Contata-se que a vantagem do método indireto é a sua capacidade de deixar bem claro que certas variações no caixa gerado pelas operações, se dão por alterações nos prazos de recebimentos e de pagamentos, ou por incrementos, por exemplo, dos estoques. Dessa forma, em um exercício pode haver aumento no caixa das operações porque se reduziu o prazo de recebimento dos clientes ou porque se aumentou o prazo de pagamentos dos fornecedores. Assim, esse fato pode ocorrer só no período e não tender a se repetir no futuro. Por isso, é relevante sua evidenciação, o que não ocorre de forma transparente no método direto. (CARDOSO, 2020).

3 ESTUDO DE CASO

Esta seção evidencia o estudo de caso onde se efetuou a aplicação dos Conceitos pertinentes à Análise Do Fluxo de Caixa bem como a análise das Notas explicativas, no intuito de obter informações gerenciais da empresa em estudo. Neste sentido, são apresentados os procedimentos executados para obter os dados necessários, os cálculos pertinentes à análise efetuada e as informações oriundas da pesquisa.

3.1 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PRESENTE PESQUISA

A pesquisa é um conjunto de ações propostas visando solucionar um problema, que tem por base procedimentos racionais e sistemáticos. Pesquisar

significa procurar respostas para indagações propostas (SILVA e MENEZES, 2001, p. 59).

Para Gil, (2002, p. 34), “a pesquisa é a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados” De acordo com Santos, (2002, p. 29), há várias classificações de pesquisas: quanto à natureza (básica e aplicada); do ponto de vista da abordagem do problema (quantitativa e qualitativa); conforme os objetivos (exploratória, descritiva e explicativa); segundo procedimentos técnicos (bibliográfica, documental, experimental, levantamento, estudo de caso, pesquisa *expost-facto*, pesquisa-ação e pesquisa participante); (SANTOS, 2002).

A pesquisa é de campo quando o estudo se realiza onde ocorre o fato e a coleta de dados pode se dar por observação direta, por levantamento ou por meio de um estudo de caso. O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, é utilizado quando se tem pouco controle sobre os fatos e quando o foco se encontra inserido em um contexto da vida real.

A utilização do estudo de caso é apropriada à fase exploratória de uma investigação, onde os levantamentos e as pesquisas históricas são apropriados. Pesquisa descritiva, por meio de questionários, formulários ou entrevistas (MARION *et al.*, 2002; ABNT, 2002; YIN, 2005). Tendo em vista os propósitos estabelecidos, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois, segundo Salomon (1999, p. 160) vale-se de “descrição, registro, análise e interpretação da natureza atual ou processos dos fenômenos”. Quanto à modalidade, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. A primeira serviu para descrever as principais disposições que tangenciam a temática Demonstração do Fluxo de Caixa contida na literatura que tratam do assunto.

Vergara (1998, p.46), explana que, “(...) a pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas”, visando o levantamento de conceitos que possam dar suporte para a prática a ser adotada. Nesse sentido, adotou-se a pesquisa documental de forma a fornecer uma visão prática do que vem ocorrendo quanto a análise das informações disponibilizadas na DFC pelas empresas.

De acordo com os estudos de Salomon (1999, p. 161), “a pesquisa documental consiste no “exame sistemático de informes ou documentos como fontes de dados”. Assim, o presente estudo, delimitou-se na análise da empresa MILFRIOS-S.A. Classificada no setor econômico de consumo não cíclico, no sub - setor de alimentos processados e no segmento de carnes e derivados. Por intermédio da pesquisa documental, foram analisadas as demonstrações contábeis publicadas no período de 2015 e 2016.

A empresa MILFRIOS-S.A, somente disponibilizou a DFC referente 2015 e 2016, conforme exigência na Lei 11.638/07 que se tornou obrigatória a elaboração e publicação da mesma. Para a devida análise, efetuou-se os cálculos de alguns índices econômico-financeiros específicos, utilizados para análise da situação financeira, bem como a capacidade organizacional de planejamento operacional e estratégico. Entretanto, vale ressaltar que, o estudo não pretende promover generalizações com relação aos resultados, e sim, apenas indicar, de forma analítica, as possíveis análises econômico-financeiras que poderão ser adotadas na gestão de recursos na empresa analisada. Dessa forma, considerando o delineamento da pesquisa, no próximo tópico apresenta-se a caracterização da empresa em estudo, bem como, a análise dos resultados obtidos, de acordo com o objetivo proposto nessa pesquisa.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA - MILFRIOS - S.A.

A Milfrios-S.A é uma companhia de capital aberto desde 1971. Sua classificação na BM & F Bovespa é no setor econômico de consumo não cíclico, no sub-setor de alimentos processados e no segmento de carnes e derivados. Atividade esta voltada para o segmento agroindustrial e produção de alimentos derivados de carnes suína, bovina, de frango e de peru, além de massas, margarinas, iogurtes e sobremesas Nestlé. Nos últimos anos, a Mil frios - S.A se especializou, cada vez mais, na produção e distribuição de alimentos industrializados congelados e resfriados diferenciados. Fundada em 07 de junho de 1944 por Zeca Militão no oeste Cearense, (MIL FRIOS, 2009).

A Mil frios - S.A, considerada uma das maiores empresas de alimentos da América Latina e uma das maiores exportadoras do País. No mercado brasileiro

tem um portfólio de cerca de 680 itens, que são distribuídos para mais de 300 mil pontos-de-venda. Para o mercado externo exporta perto de mil produtos para mais de 100 países. Opera atualmente com 10 fábricas e cresceu a uma média de 16% ao ano no período de 2003 a 2007 (MILFRIOS - S.A, 2009).

Porém, em janeiro de 2012, depois de passar por um período de decadência nas suas relações financeiras, Mil Frios - S.A fundiu-se com uma de suas concorrentes, a Perdigão S.A.

Para evidenciar a situação real da empresa Mil frios - S.A, destaca-se que no período de decadência, conforme serão demonstradas a seguir, as receitas operacionais e financeiras geradas pelos Mil frios - S.A no período de 2007 e 2008 e também a análise do Fluxo de Caixa da mesma, evidenciando os motivos que a levaram a fusão com a Perdigão.

3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a análise dos resultados aplicou-se o cálculo de alguns índices específicos nas DFC's, buscou analisar os índices encontrados, e qual a influência dos resultados no processo decisório da organização, bem como avaliar se a análise dos fluxos de caixa e planejamento financeiro são necessários para detectar as possíveis falhas e erros que ocorrem nas empresas (MATARAZZO, 2003).

Na tabela 1, adiante apresenta-se a Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado da Mil Frios S. A., e na sequência a análise dos fluxos de caixa da empresa.

Tabela 1 – DFC Consolidado da MIL frios S.A.

Código da Conta	Descrição da Conta	01/01/2008 a 31/12/2008	01/01/2007 a 31/12/2007
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	20.198	1.383.504
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	816.812	1.124.490
4.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	-2.484.834	768.348
4.01.01.02	Var. na Participação Acionistas não Controlados	19.356	33.635
4.01.01.03	Juros e Variações Apropriados, Líquidos	1.303.242	18.266
4.01.01.04	Depreciação, Amortização e Exaustão	414.717	306.155
4.01.01.05	Amortização de Ágio Aquisição de Investimentos	22.570	20.774
4.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.927	-4.966
4.01.01.07	Impostos Diferidos	-823.937	141.273
4.01.01.08	Contingências	-11.277	22.029
4.01.01.09	Resultado na Venda ou Baixa do Imobilizado	8.235	10.598
4.01.01.10	Resultado Instrum. Deriv. Apropriação Líquida	2.365.813	-191.622
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-796.614	259.014
4.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-303.881	192.012
4.01.02.02	Estoques	-682.084	-84.482
4.01.02.03	Impostos a Recuperar e Outros	-37.575	186.152
4.01.02.04	Depósitos Judiciais	395	4.964
4.01.02.05	Fornecedores	324.736	90.666
4.01.02.06	Impostos Recolher, Salários Pagar e Outros	137.856	113.572
4.01.02.07	Juros e Variações Pagos	-236.061	-243.870
4.01.03	Outros	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.240.337	-1.211.667
4.02.01	Rec. Obtidos Venda Ativos Imobilizado	5.468	3.636
4.02.02	Investimentos em Controladas e Coligada	0	0
4.02.03	Dividendos Recebidos	0	0
4.02.04	Aquisição do Imobilizado	-1.710.584	-1.048.576
4.02.05	Parcela Paga Aquis. Controle Líquido Caixa	-40.290	-16.020
4.02.06	Valores a Receber de Contratos Futuros	399.514	105.352
4.02.07	Aplicações Financeiras	-4.157.794	-2.681.263
4.02.08	Resgates de Aplicações Financeiras	4.302.098	2.499.406
4.02.09	Ágio na Aquisição de Investimentos	-52.180	-37.848
4.02.10	Aquisição do Intangível	-27.786	-3.906
4.02.11	Aquisição do Diferido	-76.149	-32.448
4.02.12	Juros e Variações Recebidos	117.366	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	2.703.482	41.836
4.03.01	Captações de Financiamentos	4.990.666	2.496.131
4.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-1.408.599	-2.313.716
4.03.03	Valores a Pagar de Contratos Futuros	-666.560	16.953
4.03.04	Dividendos Pagos	-215.729	-106.755
4.03.05	Empréstimos com Controladas	0	0
4.03.06	Alienação de Ações em Tesouraria	56.509	463
4.03.07	Aquisição de Ações em Tesouraria	-52.805	-51.240
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0
4.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.483.343	213.673
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	680.655	466.982
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.163.998	680.655

Fonte: Elaboração Própria – Dados da Pesquisa (2022)

Considerando as demonstrações dos Fluxos de Caixa da Mil Frios - S.A apresentados foi possível observar a situação financeira em que a empresa se encontrava no período de 01/01/2007 à 31/12/2008.

O caixa líquido gerado após as atividades operacionais realizadas pela Mil Frios - S.A, demonstra um saldo positivo nos anos de 2007 e 2008. Percebe-se

uma variação de R\$ 1.363.306 (98,54%) a menor que o ano 2007, sendo esta uma situação que evidencia que a empresa estava perdendo a capacidade de financiar as operações de compra, produção e vendas; de pagar dívidas bancárias de curto prazo; de realizar investimentos e amortizar dívidas de longo prazo, ou seja, comprometendo a geração de caixa para a operacionalização de suas atividades.

A diferença entre os dois períodos se deu em parte pelo prejuízo obtido no ano de 2008 no valor de R\$ 2.484.834 (apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício), considerando que o resultado do exercício de qualquer organização é de grande relevância para a empresa, considerando suas expectativas de gerar resultados positivos e pagar suas dívidas.

Observa-se que tal prejuízo nas atividades operacionais (DRE) foi compensado por resultados positivos em aplicações financeiras, o que observa - se uma inversão nas atividades da empresa, deixando sua função operacional para a de investimentos em derivativos.

Malvessi (2009) afirma que a maior parte do lucro que a Mil Frios - S.A, obteve desde 1996 até 2007 tem origem das operações financeiras, e representava 43% do total, enquanto os outros 57% foram lucro operacional, ou seja, resultados de vendas de produtos. O mesmo autor ainda relata que no mesmo período, a média das receitas financeiras de outras empresas de capital aberto representava apenas 18%.

Além disso, a análise dos números mostra que a Mil Frios - S.A, nutria um desmesurado gosto pela alavancagem. Enquanto a média das empresas abertas tem um endividamento de curto prazo de 13% de sua dívida total, na Sadia nunca representou menos do que o dobro disso.

De acordo com o CPC 03 (2008 p. 05),

O montante dos fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais é um indicador chave da extensão na qual as operações da entidade têm gerado suficientes fluxos de caixa para amortizar empréstimos, manter a capacidade operacional da entidade, pagar dividendos e juros sobre o capital próprio e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento.

As informações sobre os componentes específicos dos fluxos de caixa operacionais históricos são úteis, em conjunto com outras informações, na projeção de futuros fluxos de caixa operacionais.

Para o caixa líquido das atividades de investimento ambos os períodos da empresa Mil Frios - S.A, apresentaram um saldo negativo, que de acordo com Matarazzo (2003, p. 167), “o caixa gerado pela organização após as atividades de investimentos, comprova a capacidade que a mesma tem de pagar dívidas bancárias de curto prazo, realizar investimentos e amortizar as dívidas de longo prazo.” Considera-se, portanto, que no caso da Mil Frios - S.A, em relação aos dois períodos correspondentes para análise de dados descritos no fluxo de caixa, não existe capacidade de investimento. Nota-se no caixa líquido das atividades de financiamento que o resultado positivo, foi gerado por meio de novos financiamentos, utilizados tanto para pagar financiamentos anteriores como também para elevar o saldo de caixa da empresa, o que explica a incapacidade de amortizar dívidas de longo prazo com recursos obtidos pela atividade operacional da empresa, principalmente no ano de 2008.

Conforme a corretora Ativa (2009), a empresa “Mil Frios - S.A, possuía uma dívida de 1 bilhão de reais com vencimento no prazo de até um ano”. Dessa forma, essa dívida, captada às pressas no fim do ano de 2008, para pagar o rombo de 760 milhões de reais provocado pela crise dos derivativos. Assim, na análise do fluxo de caixa, verifica-se que o resultado líquido gerado após as atividades de financiamento realizadas pelos Mil frios - S.A, demonstra uma variação de saldo positivo nos anos de 2007 e 2008. Compreende-se assim que a empresa provavelmente tenderá a necessitar de capital de giro e de recursos para efetuar a operacionalização das suas atividades, bem como os pagamentos das dívidas e ainda alcançando uma variação positiva.

De acordo com a pesquisa, a diretoria da Milfrios - S.A, anunciou no ano de 2007, que com a interrupção nas negociações com os fundos, buscava alternativas de curto prazo para fazer caixa. ” Constata-se que entre elas está o adiantamento com os bancos de linhas de crédito de exportação, a venda de terrenos, fazendas, da sede da empresa. Dessa forma, a injeção de recursos seria um modo de solucionar as necessidades de caixa da empresa no ano de 2009, além de reduzir o tamanho da dívida. Em setembro de 2008, a dívida líquida da Mil Frios - S.A (obrigações menos recebíveis) correspondia a 3,4 vezes o seu lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

Percebe-se que, a empresa não considera esse múltiplo preocupante porque dentro do setor de alimentos há outras companhias mais alavancadas. A própria Mil Frios - S.A, no entanto, informou que planejava reduzir a relação entre a dívida líquida e a obtida para uma ou duas vezes, patamar em que trabalhava no passado. Observa-se, no entanto, que na análise sistemática, o desempenho da Mil Frios - S.A e de outras dezenas de companhias abertas brasileiras, a análise dos números mostra que a Mil frios - S.A nutria um desmesurado gosto pela alavancagem. Enquanto a média das empresas abertas tem um endividamento de curto prazo de 13% de sua dívida total, na Mil Frios - S.A nunca representou menos do que o dobro disso.

Dessa forma, verifica-se, pela análise do DFC, que diante de todas as situações, a Mil Frios - S.A conseguiu chegar a um acréscimo do saldo de caixa e equivalentes de caixa positivo em ambos os anos, porem a geração de caixa positivo não exime a necessidade e dificuldade que a empresa se encontra para obter capital de giro.

No entanto, percebe-se que é possível que uma empresa apresente lucro líquido e um bom retorno sobre investimentos, e ainda assim entre em uma descontinuidade, (falência). Assim, a maioria das organizações que fracassam é devido a um e mal projetado fluxo de caixa.

Verifica-se que os DFC's no período de 2007 e 2008, apresentaram aos gestores da Mil Frios - S.A, a situação financeira da mesma, proporcionando informações que seriam úteis ao processo decisório da empresa, principalmente para avaliar o desempenho financeiro das atividades desenvolvidas.

Tabela 2 – Principais Índices da DFC

Índices	Fórmula	2008	2007
Capacidade de financiamento NCG	$\frac{\text{Geração Bruta de Caixa}}{\text{Variação de NCG}} \times 100$	- 103%	434%
Capacidade de pagamento de dívidas Bancárias de Curto Prazo	$\frac{\text{Geração Operacional de caixa}}{\text{Saldo Inicial E.B.B}} \times 100$	0%	0%
Capacidade de Investimento	$\frac{\text{Geração Operacional de Caixa}}{\text{Variação dos Itens Permanentes de Caixa}} \times 100$	- 0,98%	- 114,90%
Capacidade de Amortização de Financiamentos	$\frac{\text{Geração Oper. Caixa} - \text{Variação Permanente Caixa}}{\text{Saldo Inicial de ELP}}$	77,57%	96,88%

Fonte: Elaboração própria - Dados da pesquisa (2022).

Na análise da situação da empresa, em função dos indicadores calculados a partir da DFC, verifica-se a Mil Frios - S.A no período de 2008 enfrentou perda na capacidade de financiar o crescimento de sua atividade comercial, se comparado com o período de 2007.

Verifica-se que isso se deu pelo fato da empresa ter em sua DFC um saldo negativo da variação da necessidade de capital de giro no valor de R\$796.614, ou seja, se empresa não tem capital de giro, ela necessita utilizar fontes de terceiros para manter a rotatividade dos negócios gerados pela mesma. Já com relação à capacidade de pagamento de dívidas bancárias de curto prazo, nos períodos em estudo, a empresa não possuía empréstimos bancários de curto prazo, por isso o resultado obtido pelos índices mostra a não capacidade de pagamento desses empréstimos, ou seja, houve a geração de caixa devido às atividades operacionais, porém não havia empréstimos para pagar.

Quanto à capacidade de investimento, a empresa diminuiu muito sua geração de caixa pelas operações no período analisado, além disso, não possuía recursos próprios para efetuar investimentos, pois a variação dos itens permanentes de caixa apresentava um saldo negativo de grande relevância. No que diz respeito à capacidade de amortizar os financiamentos de longo prazo com recursos próprios, a empresa tinha capacidade de 77,57% em 2008 e 96,88% em 2007, para amortizar os financiamentos de longo prazo, sem prejudicar os investimentos em curso. Ressalta-se que a empresa trabalhava apenas com os recursos obtidos pelo caixa. Assim, no período analisado, os indicadores estudados apontaram que a DFC proporciona à empresa a possibilidade de visualizar a capacidade de efetuar ou não investimentos com recursos do caixa gerado em sua operação.

De acordo com as pesquisas de Ludícibus e Marion (2006, p. 308),

A DFC propicia ao gestor financeiro a elaboração de melhor planejamento operacional por meio do qual saberá quando poderá fazer investimentos ou avaliar a necessidade de recursos financeiros para manter a atividade operacional da empresa.

Dessa forma, na análise detalhada da DFC da Mil Frios - S.A são evidências dos problemas financeiros que a empresa estava enfrentando e o reflexo destes no gerenciamento de caixa da empresa. Considera-se que todas as medidas de

retorno de caixa, obtidas numa série histórica e comparadas às médias do setor, fornecem um mínimo de orientação sobre a capacidade do empreendimento em gerar fluxos de caixa futuros. Em suma, os conjuntos de indicadores expostos auxiliam analistas, credores e outros usuários na previsão de fluxos futuros e medição de desempenho dos fluxos correntes de caixa. Porém, conforme mencionado sofrem as mesmas limitações das medidas convencionais, sobretudo quando utilizados de forma isolada e para um período curto de tempo. Em verdade, representam um dos instrumentos disponíveis para acompanhamento da situação financeira das empresas. Ainda assim, a avaliação de tendências, bem como suas comparações às médias setoriais forneceriam a evidência de suas relevâncias. Assim, ambas evidenciaram tendências de crescimento dessa medida no período analisado, que se explica forte geração de caixa das respectivas operações.

No entanto, não foi objetivo deste estudo aprofundar a análise financeira das duas companhias ou comparar seus desempenhos, mas apenas expor uma metodologia de cálculo e interpretação de índices extraídos da DFC ainda pouco conhecida no Brasil.

A decisão dessas organizações em divulgar esta demonstração deve ser valorizada, ao passo que suas iniciativas deveriam ser seguidas por outras entidades, sempre no sentido da melhoria da qualidade da informação contábil transmitida ao mercado.

4 CONCLUSÃO

Este estudo buscou demonstrar o conhecimento que a empresa pode obter com a análise das suas demonstrações contábeis, e através dos indicadores calculados, no sentido de verificar o desempenho econômico-financeiro da empresa auxiliando-a na tomada de decisões. Por meio deste estudo, obteve-se equações para cálculo dos índices econômico financeiros e incluindo alguns indicadores extraídos do fluxo de caixa, que auxiliou na análise da empresa pesquisada, pois foi capaz de estudar e esclarecer o funcionamento do operacional desta organização, fazendo uma análise das despesas operacionais e uma menção sobre a capacidade de distribuição de lucros, agregando assim, maiores informações sobre a situação real da empresa.

Constatou-se que com as mudanças do mercado, os interesses dos novos usuários da contabilidade, com o passar do tempo, fizeram com que surgissem novas necessidades de diversos relatórios gerenciais e contábeis, para que o gestor bem informado, esteja sempre apto a dialogar e informar aos seus investidores, acionistas, funcionários e outros usuários, e sobretudo, fazer uma avaliação da organização em aspectos econômicos, sociais e financeiros. Procurou-se também evidenciar a utilidade da Demonstração de Fluxo de Caixa para os gestores no que se refere ao planejamento operacional e estratégico da organização. Foi possível verificar através dos resultados encontrados, que as informações disponibilizadas no Demonstrativo de Fluxo de Caixa são indispensáveis aos usuários das informações financeiras, pois estes usuários poderão avaliar a capacidade da empresa gerar fluxos positivos de caixa; honrar os compromissos no futuro, fazer estimativas de fluxos passados para prever o futuro; e analisar a flexibilidade financeira da empresa.

Observou-se ainda que nas análises da DFC da Empresa Mil Frios - S.A, a contribuição das informações geradas para o planejamento financeiro, uma vez que o fluxo de caixa de uma empresa depende e decorre de várias transações e decisões que são tomadas por diferentes pessoas de diversas áreas e atividades. O aumento de produtividade da operação, o crescimento das vendas e a remuneração variável vinculada não ao lucro de um determinado período, mas sim à geração de valor de longo prazo, também são fatores importantes que não deverão ser ignorados pelos gestores.

A análise da DFC, auxiliada de outros demonstrativos contábeis, permitem uma análise mais aprofundada da situação econômico-financeira de uma empresa, demonstrando maior confiabilidade, e, que por consequência levam a otimização dos recursos da empresa e minimização de riscos. Dessa forma, a empresa Mil Frios - S. A, possui um bom grau de solvabilidade e índices de rentabilidade satisfatórios. Considera-se, portanto, que isto pode ser resultado da presença de gestores competentes e boas políticas financeiras, assim como, de um bom planejamento financeiro e econômico.

Entretanto, compreendeu-se que se o legislador entendesse como obrigatória a publicação do balanço, teria incluído a expressão “divulgação” ou “publicação” no artigo 3º da Lei nº 11.638/2007. Dessa forma, embora evidente a

necessidade de sociedades limitadas de grande porte também publicarem as suas demonstrações financeiras, seria necessário haver uma alteração na legislação em vigor, eis que a referida lei não determina a divulgação ou publicação de balanço para estas sociedades limitadas, restringindo-se apenas sobre a forma de elaboração da escrituração e das demonstrações financeiras.

*Notas Explicativas – Quadro analítico destacado após a publicação das Demonstrações Financeiras esclarecendo situações patrimoniais e de resultados do exercício. Ou seja, detalha a composição do capital social. Possuem a finalidade de complementar as demonstrações contábeis, esclarecendo os métodos e os critérios utilizados para avaliação do patrimônio e os elementos que contribuíram para a formação do resultado. Nesse sentido, “Notas Explicativas” não são consideradas Demonstrações Contábeis, mas uma complementação a elas. Assim, os Relatórios Contábeis obrigatórios são conhecidos como Demonstrações Contábeis.

A CVM – (Comissão de Valores Mobiliários), por meio da Deliberação 488/2005, passou a utilizar a expressão “Demonstrações Contábeis” ao invés de “Demonstrações Financeiras, ” entendendo-se assim, ser correto do ponto de vista conceitual. Constatou-se que, grande parte das empresas, não adotou o modelo de notas explicativas propostos pela CPC 03, com exceção das notas a respeito de caixa e equivalentes de caixa. Aparentemente, preocupam-se apenas em elaborar a demonstração com a finalidade de cumprimento da legislação, não se preocupando em fornecer melhores esclarecimentos sobre as variações ocorridas no caixa da companhia.

Como resultado constatou-se que as informações contidas nas demonstrações são, na maioria das vezes, sintéticas - não mencionado de forma clara os fatores das oscilações ocorridas nas principais contas do Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado. Isto porque no período analisado houve variações consideráveis de um ano para outro. Assim, sugere-se que seja mais explícita a forma de como as Notas Explicativas são apresentadas, pois nelas devem conter de forma mais detalhada os motivos das variações das principais contas.

Também é necessário que o parecer de auditoria faça menção a estas variações, sendo ele e as Notas Explicativas instrumentos de transparência e evidenciação da situação econômica, financeira e patrimonial da cooperativa, transmitindo com isso maior confiabilidade às empresas parceiras e aos seus associados. Vale ressaltar, que também não basta apenas existir um setor de auditoria na organização, pois se deve fazer um diagnóstico da possível cumplicidade dos controles internos, ou seja, verificar se os mesmos estão atingindo seus objetivos, trazendo confiabilidade aos relatórios contábeis, financeiros, buscando a eficiência operacional e preservando os interesses da organização.

Nesse contexto, conclui-se que, as recentes atualizações da lei 6.404/76 e suas implicações nas mais diversas áreas, a saber: direito de empresa; contabilidade; direito tributário entre outros. É imprescindível se notar como essa lei tem sido alterada no decorrer dos anos para ajustar a regulamentação interna das Sociedades Anônimas aos padrões internacionais de administração empresarial e contábil. Normalmente, os dados fornecidos por esse grupo de empresas, em notas explicativas sobre a DFC, são limitados e superficiais, se analisarmos o montante de informações que essa demonstração pode fornecer. Considera-se que as empresas que assim procedem, precisam reconhecer o grau de importância desse demonstrativo, passando então, a utilizá-lo como instrumento, potencial de gestão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bruno J. Braga M. de. **Auditoria e Sociedade: O Diálogo Necessário. Revista de Contabilidade & Finanças.** São Paulo, Ano XV, V. 1, N° 34, janeiro/abril 2004.

ALMEIDA, Marcelo C. Auditoria – **Um Curso Moderno e Completo.** São Paulo, Atlas, 5ª edição, 1996.

ARMOND, Lucas Beltrão. Importância das informações contábeis para a tomada de decisão dos gestores de pequenas empresas.2018.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico financeiro.** 8º ed. São Paulo: Atlas. 2002.

ASSAF NETO, Alexandre. SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de Giro.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ATTIE, William. Auditoria: **Conceitos e Aplicações.** São Paulo, Atlas, 3ª edição, 1998. AZEVEDO, Simone. Tendência internacional vai contra o rodízio. **Revista Capital Aberto.** São Paulo, Ano 1, N° 3, novembro, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Circular Bacen n° 178.** Institui normas relativas ao registro de auditores independentes no Banco Central do Brasil. Brasília, maio, 1972.

BARBOSA, Sergio Correia; DE MELO, Moisés Moura. **DVA-Demonstração do Valor Adicionado.** Freitas Bastos, 2021.

BONAMIGO, Denise. Importância das demonstrações contábeis como ferramentas de apoio para a decisão de investimentos no mercado de capitais: estudo de caso na Empresa Fleury SA. 2021.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudança contábeis na lei societária. Lei nº 11638, de 28 – 12 – 2007.** São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, DOU. Diário Oficial da União número 11941, 28 de Maio de 2009 › Lei Ordinária – em vigor 30.05.2009

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.295/46.** Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Técnico em Contabilidade e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. Legislação sobre o Mercado de Capitais. **Instrução CVM nº 04/78 e Nota Explicativa nº 09/78.** Publicação CVM. Rio de Janeiro, 1986.

BRASIL. **Lei nº 4.728/65.** Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento. Brasília, 1965.

BRASIL. **Lei nº 6.385/76.** Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Brasília, 1976.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as sociedades por ações. Publicado em 17 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em 12 de out 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as sociedades por ações. Publicado em 17 de dezembro de 1976. Disponível em: Acesso em 15 de jan. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.447/97.** Dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e o Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987.

BRASIL. **Resolução nº 2.267.** Dispõe sobre a auditoria independente nas instituições financeiras, demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, fundos de investimento constituídos nas modalidades regulamentadas pelo referido Órgão e administradoras de consórcio. Brasília, março, 1996.

BRASIL. **Resolução nº 3.081.** Dispõe sobre a auditoria independente nas instituições financeiras, demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação. Brasília, maio, 2003, revogada pela Resolução nº 3.198, de maio de 2004.

BRASIL. **Resolução nº 435.** Aprova o documento “Regulação do Mercado de Valores Mobiliários: Fundamentos e Princípios”. Brasília, julho, 1977.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. **Instrução nº. 469, de maio de 2008.** Dispõe sobre a aplicação da lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera as Instruções CVM nº. 247, de 27 de março de 1996 e 331, de 4 de abril de 2008. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em 04.08.2018.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução nº. 1.055, de 7 de outubro de 2005.** Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso 20 julho 2018.

BRASIL. **Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em 23.01.2018.

BRASIL. **Medida Provisória Nº. 499, de 3 de dezembro de 2008.** Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Mpv/449.htm>. Acessado em: 24 maio 2018.

BRASIL, Sergio de, Marion, Jose Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 4 ed, São Paulo, Atlas, 2007.

BRASIL. **Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Comissão de valores mobiliários**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRITO, Ludmila Costa; BATISTA, Neusa Maria Alves; DOS SANTOS, Renato Ribeiro. FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA ORGANIZAÇÕES: ESTUDO DE CASO PARA GT DISTRIBUIDORA DE PEÇAS SEDIADA EM GOIÂNIA-GO. **Anais dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Evangélica de Goiás-UniEVANGÉLICA**, v. 5, n. 1, p. 55-85, 2021.

CAETANO, Marcelino José et al. GESTÃO FINANCEIRA: DIAGNÓSTICO E SOLUÇÕES FINANCEIRAS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE PAULISTA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 6, p. 173-199, 2022.

CARDOSO, Ricardo Lopes; SILVEIRA, Andréa. **Contabilidade de ativos relevantes**. Editora FGV, 2021.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. Sumário da comparação das práticas contábeis adotadas no Brasil com as Normas internacionais de Contabilidade – IFRS. Brasília: **Conselho Federal de Contabilidade**; São Paulo: Ibracon, 2006.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC09**. <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf> acesso em 21 de mar. 2018.

DE SOUZA BATISTA, Alisson et al. A UTILIZAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA NAS MICROEMPRESAS. **Revista Ciência Contemporânea**, v. 1, n. 6, p. 365-384, 2020.

GIL, **Como Elaborar Projetos de pesquisa**. 4 ed, São Paulo, Atlas, 2002. http://www.cfc.org.br/uparq/NBCT3.8DemFluxoCaixa_AudienciaPublica.pdf. Acesso em: 14out. 2018.

IAS 7 - **Demonstrações dos Fluxos de Caixa**. Disponível em: <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/8C532526-9CE7-49B6-84BB-446BEDA65541/0/IAS7.pdf&ei=ovIJTP7MDoiduAfU4sy7DQ&sa=X&oi=translate&ct=result&resnum=2&ved=0CCMQ7gEwAQ&prev=/search%3Fq%3Dias%2B7%2Be%2Bbias%26hl%3Dpt-BR>. Acesso em: 10.08.2018.

IBRACON. **Normas Internacionais de Contabilidade** 2001: texto completo de todas as normas internacionais de contabilidade e interpretações SIC existentes em 1º de janeiro de 2001.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade**, 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também as demais sociedades**. 7. Ed. rev. e atual São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações FIPECAFI**. (Aplicável as demais Sociedades). 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Maria de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 5. ed. – São Paulo: Atlas 1991.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 7ª Ed. São Paulo. Ed. Atlas, 2004.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade empresarial**. 12 ed, São Paulo, Atlas, 2008.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial**. 6 ed, São Paulo, Atlas, 2008.

MATTIELLO, Bruna. **Análise de viabilidade econômico-financeira para abertura de um Pet Shop na cidade de Bento Gonçalves-RS**. 2021.

NICODEMOS, Marcos Faria. **Um livro para empreendedores**. Editora Autografia, 2020.

OLIVEIRA, Ana Flávia et al. **Benefícios proporcionados pela DFC à gestão financeira das empresas**. 2019.

PEREIRA, Ivone Vieira. **Contabilidade Introdutória: Fundamentos Conceituais da Contabilidade, Teoria das Contas, Operações com Mercadorias, Folha de Pagamento**. Scortecci Editora, 2021.

r.vlex.com/vid/ordinario-tributarios-alterando-dezemro. Acesso em: 12.10.2018.

RIBEIRO, Osni Moura. **Noções De Demonstrações Contábeis-V. 3-Série Fundamentos De Contabilidade**. Saraiva Educação SA, 2019.

RODRÍGUEZ-MASERO, Natividad; LÓPEZ-MANJÓN, Jesús D. A utilidade do fluxo de caixa operacional para a previsão de falência em empresas de médio porte. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 22, p. 917-931, 2020.

RODRÍGUEZ-MASERO, Natividad; LÓPEZ-MANJÓN, Jesús D. A utilidade do fluxo de caixa operacional para a previsão de falência em empresas de médio porte. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 22, p. 917-931, 2020.

ROMERO, Lizandra Carol Escobar et al. **FLUXO DE CAIXA PROJETADO COMO ESTRATÉGIA PARA O PLANEJAMENTO FINANCEIRO NO SETOR**

SUPERMERCADISTA. **Revista Magsul de Administração e Contabilidade**, v. 1, n. 5, p. 1-19, 2018.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

VIEIRA, Bruno dos Santos et al. **Mercado de consórcios-uma análise técnico-econômica**. 2020.